



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO

CNPJ: 06.553.606/0001-30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

CONTRATO Nº 348/2020

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UNIÃO-PI, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS E A EMPRESA JOSÉ PEQUENO SOUSA -ME, Registro de Preços para Aquisição Parcelada e sob demanda, de materiais elétricos para atender as necessidades da Secretarias do Município de União – PI, conforme especificações constantes do termo referente do edital.

O MUNICÍPIO DE UNIÃO/PI, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Petrônio Portela Nunes, s/n, Centro, União-PI, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS, com sede na Praça Barão de Gurgueia, 443, Centro, C.N.P.J. nº 06.553.606/0001-30, neste ato representado pelo, Srº. FRANCISCO ERNANDO DOS SANTOS, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, portadora do CPF nº 553.561.413- 00, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, nesta cidade, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, e, em seqüência, designado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a empresa JOSÉ PEQUENO SOUSA - ME, inscrita no C.N.P.J.(MF) sob o n.º 23.019.990/0001-05, estabelecida na cidade de Coelho Neto - MA, à Rua Rua São Pedro, nº 21, Centro, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representado por JOSÉ PEQUENO SOUSA, e daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, têm, entre si, justo e avençado e celebram, por força do presente instrumento, e em conformidade com o disposto no artigo 60 e ss, da Lei n.º 8.666/93, **CONTRATO** para o Aquisição Parcelada e sob demanda, de materiais elétricos para atender as necessidades da Secretarias do Município de União – PI, conforme especificações constantes do termo referente do edital, e da proposta da contratada, integrantes do procedimento licitatório em epígrafe, conforme estabelecido no pregão Presencial para Sistema de Registro de Preço nº 27/2020 e Processo nº 001.0003984/2020; observadas as disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D.O.U de 18 de julho de 2002, e alterações posteriores; pelos Decretos nº 3.555, de 08/08/2000, publicado no D.O.U. de 09/08/2000, Decreto nº 7.892/13, bem como o Decreto Municipal nº 178/08, de 15 de dezembro de 2008, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/93, de 21/06/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de preços para aquisição parcelada e sob demanda, de materiais elétricos para atender as necessidades da Secretaria de Obras do Município de União – Pi, conforme especificações e demais exigências previstas neste edital e seus anexos, como se aqui estivessem transcritos.

1.2 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

1.3A CONTRATADA executará os fornecimentos rigorosamente de acordo com os prazos e termos deste contrato e documentos dele integrantes

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1 Os materiais deverão ser entregues de acordo com as necessidades da SECRETARIA REQUISITANTE.

1.1 A autorização de fornecimento será de inteira responsabilidade e iniciativa da PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO, através da secretaria requisitante, cabendo à mesma todos os atos burocráticos indispensáveis a uma regular administração.



2. A contratada ficará obrigada a fazer a entrega do material quando requisitado no prazo máximo de 03(três) dias, contados a partir da emissão e envio da Ordem de Fornecimento.
3. A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita no local a ser indicado pela contratante, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento e/ou substituições indicadas pela equipe ou pessoa designada para recebimento.
4. O objeto desta licitação será recebido provisoriamente, caso se constate real necessidade, no local e endereço indicados pela contratante, para verificação da conformidade do objeto com as condições, especificações e exigências do edital.
5. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá descrever no comprovante respectivo, a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) ou outro documento de identificação oficial do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.
6. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:
 - 6.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
 - 6.1.1. Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 01 (um) dia, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
 - 6.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
 - 6.2.1. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 01 (um) dia, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
 - 6.3. Outro prazo poderá ser acordado, desde que não reste prejuízos para a Administração.
7. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável ou equipe designada.
8. O quantitativo dos materiais fixados Termo de Referência não obriga a Administração a adquirir o total estimado, não existindo direito adquirido quanto ao fornecimento integral das quantidades descritas.
9. O transporte dos materiais e equipamentos, até o local de entrega, desde a origem até o destino final, será providenciado pela CONTRATADA, às suas expensas e riscos, dentro de prazos e condições estabelecidas no Contrato.
10. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA quaisquer danos ou perdas ocorridas com os materiais durante o transporte, cabendo a este providenciar sua substituição sem quaisquer ônus para a PREFEITURA, não representando estas substituições razão para prorrogação dos prazos de fornecimento estabelecidos neste Contrato.
11. A CONTRATADA assume integral responsabilidade pela adoção de todas as medidas de segurança necessárias para a execução do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

1. O valor global do presente CONTRATO é de R\$ 274.541,00 (DUZENTOS E SETENTA E QUATRO REIAS ,QUINHENTOS E QUARENTA E UM REAIS), para todo o período de sua vigência, conforme valores expressos na proposta vencedora do lote 02 realizado por item.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO

CNPJ: 06.553.606/0001-30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

LOTE II – MATERIAL ELÉTRICO

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT	MARCA	VALOR	VALOR TOTAL
1	ALÇA PREFORMADA DIST.P/CB 25MM ²	UND	45	DERCOLUX	R\$ 5.00	R\$225,00
2	ALÇA PREFORMADA DIST.P/CB 2X16MM ²	UND	45	DERCOLUX	R\$5.00	R\$225,00
4	ALICATE AMPERÍMETRO	UND	1	TRAMONTINA	R\$ 180.00	R\$180,00
5	ARMAÇÃO MONOFÁSICA (LEVE)	UNID.	48	INCESSA	R\$ 16.00	R\$768,00
6	ARMAÇÃO TRIFÁSICA (PESADA)	UNID.	50	INCESSA	R\$ 37.00	R\$1.850,00
10	BOCAL E-27.	UNID.	100	DERCOLUX	R\$ 3.50	R\$350,00
11	BRAÇO PARA LUMINÁRIA DE RUAS E TRAVESSAS 1m3/4.	UNID.	150	SCORPIUS	R\$ 27.00	R\$4.050,00
12	CABO ALUMÍNIO MULTIPLEX DUPLEX 2X16MM ²	METROS	1000	COOPERLINE	R\$ 18.00	R\$18.000,00
13	CABO DE ALUMÍNIO QUADRIplex 25MM ²	METROS	1000	COOPERLINE	R\$ 18.50	R\$18.500,00
14	CABO PP MONOFÁSICO PP 2X 1,5	METROS	140	COOPERLINE	R\$ 2.00	R\$280,00
15	CABO PP TRIFÁSICO PP 2,5	METROS	140	COOPERLINE	R\$4.00	R\$560,00
16	CAIXA LUZ MONOFÁSICO PADRÃO ELETROBRÁS	UND	7	DERCOLUX	R\$ 46.00	R\$322,00
17	CAIXA LUZ TRIFÁSICO PADRÃO ELETROBRÁS	UND	4	DERCOLUX	R\$ 110,00	R\$440,00
18	CAPACETE PARA LUMINÁRIA DE RUAS E TRAVESSAS.	UNID.	150	OLIVER	R\$ 25.00	R\$3.750,00
19	CAPACITOR DE 16 UF	UND	8	VONDER	R\$ 30.00	R\$240,00



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO

CNPJ: 06.553.606/0001-30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

20	CAPACITOR DE 25 UF P/ AR CONDICIONADO	UND	3	VONDER	R\$ 30,00	R\$90,00
22	CAPACITOR DE 45 UF P/ AR CONDICIONADO	UND	10	VONDER	R\$ 30,00	R\$300,00
23	CAPACITOR ELETRICO Nº 05	UND	7	VONDER	R\$20,00	R\$140,00
24	CHAVE BIPOLAR	UND	5	EXASTRON	R\$599,00	R\$2.995,00
25	CHAVE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	UND	5	EXASTRON	R\$ 570,00	R\$2.850,00
26	CINTO DE SEGURANÇA PARA ELETRICISTA	UND	1	APASEGUE	R\$ 345,00	R\$345,00
27	CONECTOR CURVA TIPO 2	UND	3	INTELLI	R\$ 7,00	R\$21,00
28	CONECTOR DERIVAÇÃO CUNHA CDC-I CI	UND	300	INTELLI	R\$ 7,00	R\$2.100,00
29	CONECTOR PERFURANTE-CABOP 4 MM	UND	150	INTELLI	R\$ 9,00	R\$1.350,00
30	CONTATOR TRIFÁSICO 16 AMPERES 220V	UND	10	SIEMENS	R\$ 95,00	R\$950,00
31	CONTACTOR TRIFÁSICO 16 AMPERES 380V	UND	3	SIEMENS	R\$ 95,00	R\$285,00
32	CONTATOR TRIFÁSICO 20 AMPERES 220V	UND	2	SIEMENS	R\$ 98,00	R\$196,00
33	CONTACTOR TRIFÁSICO 20 AMPERES 380V	UND	1	SIEMENS	R\$ 95,00	R\$95,00
34	CONTATOR TRIFÁSICO 25 AMPERES 220V	UND	1	SIEMENS	R\$ 95,00	R\$95,00
35	CONTATOR TRIFÁSICO 25 AMPERES 380V	UND	1	SIEMENS	R\$ 98,00	R\$98,00
36	CONTATOR TRIFÁSICO 30 AMPERES 220V	UND	2	SIEMENS	R\$ 160,00	R\$320,00
37	CONTATOR TRIFÁSICO 30 AMPERES 380V	UND	2	SIEMENS	R\$ 160,00	R\$320,00
38	CONTATOR TRIFÁSICO 40 AMPERES 220V	UND	2	SIEMENS	R\$ 167,00	R\$334,00



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO

CNPJ: 06.553.606/0001-30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

39	CONTATOR TRIFÁSICO 40 AMPERES 380V	UND	2	SIEMENS	R\$ 167,00	R\$334,00
40	DISJUNTOR 15A	UNID.	26	ELETROMAR	R\$9,00	R\$234,00
41	DISJUNTOR 16 AMPERES	UND	26	ELETROMAR	R\$ 9,00	R\$234,00
42	DISJUNTOR 40 AMPERES	UND	26	ELETROMAR	R\$15,00	R\$390,00
43	DISJUNTOR MONOFÁSICO 16 AMP TERMO MAGNÉTICO	UND	26	ELETROMAR	R\$ 15,00	R\$390,00
44	DISJUNTOR MONOFÁSICO 20 A	UND	26	ELETROMAR	R\$ 11,00	R\$286,00
45	DISJUNTOR MONOFÁSICO 20 AMP TERMO MAGNÉTICO	UND	20	ELETROMAR	R\$ 11,00	R\$220,00
46	DISJUNTOR MONOFÁSICO 25 A	UND	26	ELETROMAR	R\$11,00	R\$286,00
47	DISJUNTOR MONOFÁSICO 30 A	UND	26	ELETROMAR	R\$11,00	R\$286,00
48	DISJUNTOR MONOFÁSICO 30 AMP TERMO MAGNÉTICO	UND	26	ELETROMAR	R\$11,00	R\$286,00
49	DISJUNTOR TRIFÁSICO 20 A	UND	26	ELETROMAR	R\$ 35,00	R\$910,00
50	DISJUNTOR TRIFÁSICO 25 A	UND	26	ELETROMAR	R\$ 40,00	R\$1.040,00
51	DISJUNTOR TRIFÁSICO 30 A	UND	20	ELETROMAR	R\$ 40,00	R\$80,00
52	DISJUNTOR TRIFÁSICO 30 AMP TERMO MAGNÉTICO	UND	26	ELETROMAR	R\$ 47,50	R\$1.235,00
53	FIO 10 COBRE PEÇA C/ 100M	UNID.	5	COOPERLINE	R\$280,00	R\$1.400,00
54	FIO 12 COBRE PEÇA C/ 100M	UND	5	COOPERLINE	R\$220,00	R\$1.100,00
55	FIO PENDENTE 2x2,5.	PÇ	2	COOPERLINE	R\$ 180,00	R\$360,00
56	FITA ISOLANTE 20MM 3M	ROLO	100	COOPERLINE	R\$ 7,50	R\$750,00
57	FITA ISOLANTE DE ALTA FUSÃO.	UND.	50	DERCOLUX	R\$19,00	R\$950,00
59	ISOLADOR TIPO PORCELANA	UND	10	LUMER	R\$ 14,00	R\$140,00



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO

CNPJ: 06.553.606/0001-30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

60	LAMPADA 1000 W VAPOR METALICO	UND	4	SORTE LUZ	R\$115,00	R\$460,00
61	LÂMPADA 250 W VAPOR SÓDIO	UND	300	SORTE LUZ	R\$65,00	R\$19.500,00
62	LÂMPADA ESPIRAL 45W	UND	100	SORTE LUZ	R\$ 36,00	R\$3.600,00
63	LÂMPADA FLUORESCENTE 3U 25X220 T	UND	100	SORTE LUZ	R\$ 9,00	R\$900,00
64	LÂMPADA FLUORESCENTE 40W	UND	50	SORTE LUZ	R\$ 9,00	R\$450,00
65	LÂMPADAS DE 250W MISTA E-40.	UNID.	50	SORTE LUZ	R\$ 30,00	R\$1.500,00
66	LÂMPADAS DE 400W VAPOR METÁLICO	UND	250	SORTE LUZ	R\$ 65,00	R\$16.250,00
67	LÂMPADAS DE 400W V. SÓDIO.	UNID.	150	SORTE LUZ	R\$ 65,00	R\$9.750,00
68	LÂMPADAS DE 70W V. SÓDIO.	UNID.	2000	SORTE LUZ	R\$ 35,00	R\$70.000,00
69	LAMPADAS PL 25 W	UND	50	SORTE LUZ	R\$17,00	R\$850,00
70	LAMPADAS PL 45 W	UND	100	SORTE LUZ	R\$ 41,00	R\$4.100,00
71	LUVA DE 25 LISA	UND	5	PLASTILIT	R\$ 1,40	R\$7,00
72	PARAFUSO DE 16/200	UND	100	CISER	R\$15,00	R\$1.500,00
73	PARAFUSO DE 16/250	UND	60	CISER	R\$15,00	R\$900,00
74	PARAFUSO DE 16/300	UND	70	CISER	R\$ 15,00	R\$1.050,00
75	PARAFUSO GALVANIZADO 16x250 com porca e arruela.	UNID.	80	CISER	R\$15,00	R\$1.200,00
76	REATOR 250 VAPOR SÓDIO	UND	200	DEMAPE	R\$ 98,00	R\$19.600,00.
77	REATOR DE 400w V. SÓDIO.	UNID.	200	DEMAPE	R\$ 95,00	R\$19.000,00
78	REATOR DE 70w V. SÓDIO.	UNID.	2000	DEMAPE	R\$52,00	R\$104.00,00
79	RELÉ FALTA DE FASE	UND	12	DEMAPE	R\$75,00	R\$900,00
80	RELÉ FOTOCÉLULA NF	UND	1500	DEMAPE	R\$ 19,50	R\$29.250,00
81	TOMADA 4X2 10A BRAVA BRANCA 250V	UND	5	VELTRA	R\$ 7,00	R\$35,00
82	TOMADA DUPLA	UNID.	5	VELTRA	R\$ 10,00	R\$50,00



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO

CNPJ: 06.553.606/0001-30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

83	TOMADA SIMPLES	PEÇA	5	VELTRA	R\$ 5.50	R\$27,50
84	T PARA LUZ	UND	5	VELTRA	R\$ 4.50	R\$22,50
						R\$ 274.541,00

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1 As despesas correrão por conta de recursos oriundos, conforme segue:

ELEMENTO DE DESPESA	PROJETO/ATIVIDADE	FONTE DE RECURSOS
3.3.90.30.00.00	2069	620/outros

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO E DA VIGÊNCIA

1. Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará à SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, após o atendimento de cada pedido, requerimento solicitando o pagamento devidamente acompanhado da fatura/nota fiscal devidamente atestada pelo setor requisitante e cópia da Nota de Empenho.

2. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de entrada do requerimento e fatura-recibo no protocolo do órgão/ente contratante, ou em outro prazo que poderá ficar ajustado com o contratante, inclusive quanto aos parcelamentos.

3. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções.

4. Os pagamentos serão feitos através de transferência bancária na conta corrente da contratada, que deverá indicar a instituição bancária, agência, localidade, conta corrente, para que seja feito o critério correspondente. Estas informações devem constar da nota fiscal ou nota fiscal/fatura.

5. Consoante disposto no Art. 40, XIV alíneas "c" e "d" da Lei nº 8.666/93, nos pagamentos realizados fora do prazo máximo fixado no item 2 acima, poderão incidir juros e correções na forma prevista na legislação.

5.1 No caso de eventual atraso de pagamento, e mediante pedido da CONTRATADA, o valor devido será atualizado financeiramente, desde a data a que o mesmo se referia até a data do efetivo pagamento, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

5.2 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão estes restituídos à CONTRATADA para as correções solicitadas, não respondendo o Município por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

5.3 A contratada não receberá pagamento enquanto houver pendências de obrigações que tenham sido impostas em virtude de penalidades ou inadimplemento. Cessadas estas causas, os pagamentos serão retomados sem que haja qualquer direito a atualização monetária.

6. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

- Certidão Negativa de Débitos CNDT;
- Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Material – FGTS
- Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazendas: Federal, Municipal e Estadual.

7. O presente Contrato terá vigência a partir de sua assinatura e plena eficácia a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios, com duração até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado nos casos autorizados na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores se for o caso.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



1. Zelar pela fiel execução do ajuste contratual, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários para tanto.
2. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa, na execução do contrato, bem como, por qualquer que venha a ser causados por seus prepostos, em idênticas hipóteses.
3. Arcar com todas as despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do objeto da contratação, tais como: Transporte, frete, carga e descarga, na forma da legislação vigente.
4. Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que darão origem ao contrato.
5. A CONTRATADA comprometer-se-á a dar total garantia quanto a qualidade dos materiais fornecidos, bem como, efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer material entregue comprovadamente inutilizável.
6. Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos materiais, respondendo pelos mesmos nos termos do art. 71 da Lei nº 8.666/93 com suas alterações;
7. Garantir os preços cotados pelo período de 60 (sessenta) dias;
8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
9. Assumir inteira responsabilidade pela execução do contrato e efetuar os de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções do contrato;
10. Comunicar imediatamente, por escrito, a CONTRATANTE, através da fiscalização do contrato, qualquer anormalidade verificada;
11. Responder civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, por seus empregados dolosa ou culposamente;
12. Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto do contrato, cabendo-lhe, integralmente o ônus decorrente, independentemente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE;
13. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos, na execução do contrato.
14. Indicar à CONTRATANTE o nome de seu preposto para manter entendimento e receber comunicações ou transmiti-las ao executor do contrato conforme estabelecido no art. 68 da Lei nº 8.666/93;
15. Informar na proposta a razão social, CNPJ, endereço completo, bem como o número de sua conta, o nome do banco e a respectiva agência onde deseja receber seus créditos;
16. Informar na proposta a qualificação do Representante autorizado a firmar o contrato, ou seja: nome completo, endereço, CPF, Carteira de Identidade, Estado Civil, Nacionalidade e Profissão, informando qual o instrumento que lhe outorga poderes para firmar o referido contrato (Contrato Social ou Procuração), caso não seja informado na Proposta a qualificação do representante, a licitante, poderá sanar a omissão durante a sessão.
17. Em nenhuma hipótese, veicular publicidade ou qualquer outra informação à cerca das atividades objeto do contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
18. Assumir todas e quaisquer reclamações e arcar com os ônus decorrentes de ações judiciais, por prejuízos ávidos e originados da execução do Contrato, e que sejam ajuizados contra a CONTRATANTE, por terceiros;
19. Submeter-se a mais ampla fiscalização da CONTRATANTE, por meio de seus fiscais/gestores a qualquer época durante a vigência do Contrato, a qual poderá ser efetuada nas dependências da CONTRATADA, tudo isto visando o rigoroso cumprimento das obrigações contratuais.



CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste procedimento;
- 2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;
- 3 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;
- 4 Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades observadas nos materiais fornecidos, para imediata substituição;
- 5 Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais e tributários antes de cada pagamento;
- 6 Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo;
- 7 Aplicar sanções administrativas quando se fizerem necessárias, após o direito da ampla defesa e do contraditório.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

- 8.1 Não haverá reajuste de preços durante a vigência do contrato, salvo nos casos autorizados por lei.
- 8.2 O preço ajustado poderá sofrer correção desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea "d", do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados o descumprimento pela CONTRATADA de suas obrigações ou a infringência de preceitos legais implicarão, segundo a gravidade da falta, na aplicação das seguintes penalidades:
2. A recusa injustificada da licitante vencedora em apresentar nova proposta após a rodada de lances, apresentar proposta final em desconformidade com as especificações e preços registrados, não comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços ou o contrato, bem como não aceitar ou retirar a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legal estabelecidas.
3. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:
 - 3.1 Advertência.
 - 3.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido neste Edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias uma vez comunicada oficialmente.
 - 3.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
 - 3.4. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
 - 3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
4. As multas a que se referem os subitens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.



5. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do vencedor ou adjudicatário, na forma da Lei.

6. O contrato poderá ser rescindido nos termos do que dispõe os artigos 77 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas respectivas alterações.

7. As penalidades pecuniárias serão, sempre que possível e independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, descontadas dos créditos da CONTRATADA ou, se for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

8. Após a aplicação de qualquer penalidade prevista neste capítulo, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), contando o fundamento legal da punição.

9. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Cadastro Municipal de fornecedores, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

1. Fica designado o servidor ANTONIA CARDOSO OLIVEIRA, portador(a) do CPF de nº 026.372.913-38, como o gestor do presente Contrato, o qual acompanhará a execução do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, além das penalidades específicas, a sua rescisão com as consequências contratuais e legais.

2. Constituem motivo de rescisão, os elencados nos artigos 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, com redação atualizada pela Lei 8.883/94

3. A rescisão do contrato se dará na forma estipulada e prevista em lei (art. 79, e seguintes, da Lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE

1. A CONTRATADA responde civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa, no cumprimento do contrato, venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, correndo às suas expensas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, o ressarcimento ou indenização pelos danos ou prejuízos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Faz parte deste Contrato, o edital do Pregão Presencial SRP Nº 27/2020, Processo Administrativo nº 001.0003984/2020 e seus anexos e a proposta da Contratada, como se aqui estivessem transcritos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

1. Fica eleito o foro de União, Estado do Piauí, para dirimir os conflitos que possam advir da execução do presente Contrato, que não possam ser resolvidas por meios administrativos, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO

CNPJ: 06.553.606/0001-30

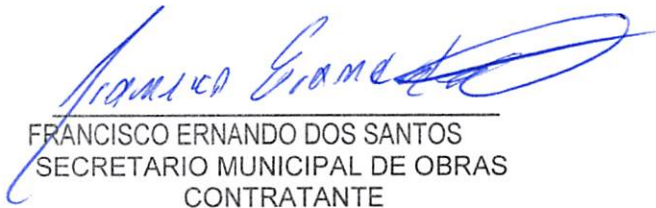
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL


2. Os casos omissos serão decididos pela Administração CONTRATANTE.

E por assim estarem justas e CONTRATADAS, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

União-PI, 26 de novembro de 2020.

SIGNATÁRIOS


FRANCISCO ERNANDO DOS SANTOS
SECRETARIO MUNICIPAL DE OBRAS
CONTRATANTE


JOSÉ PEQUENO SOUSA -ME
CNPJ: 23.019.990/0001-05
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1ª) _____ RG ou CPF _____

2ª) _____ RG ou CPF _____